



Boletim GeoÁfrica

Volume 3, Número 10, abril - junho de 2024

EDITORIAL. A ÁFRICA SUBSAARIANA NO SISTEMA MIGRATÓRIO MUNDIAL



Por Frédéric Monié

1

Frédéric Monié

Departamento de Geografia e Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG), Universidade Federal do Rio de Janeiro
Coordenador GeoÁfrica
orcid.org/0000-0002-8738-3301
Contato. fredericmonie@igeo.ufrj.br

Como citar

MONIÉ, Frédéric. Editorial. A África subsaariana no sistema migratório mundial. **Boletim GeoÁfrica**, v. 3, n. 10, p.1-9, abr.-jun. 2024



EDITORIAL. A ÁFRICA SUBSAARIANA NO SISTEMA MIGRATÓRIO MUNDIAL

2

O dossiê temático do decimo primeiro número do *Boletim GeoÁfrica*, organizado por Frédéric Monié, é dedicado “A África Subsaariana no sistema migratório mundial”. Berço da Humanidade, o continente africano foi, primeiramente, o palco de migrações dentro de seus limites geofísicos, antes de constituir o ponto de partida da expansão do ser humano em direção ao resto do Planeta, entre 2 milhões e menos 600.000 anos. Em seguida, diferentes ondas de homínídeos colonizaram progressivamente os diferentes continentes onde adquiriram características físicas, culturais etc. cada vez mais diferenciadas. A grande migração bantu se estendeu, do seu lado, ao longo de três milênios, transformando profundamente o povoamento e as formas de organização das sociedades em diversas regiões da África central, oriental e austral. Por sua parte, os tratos negreiros desenharam três grandes eixos de migrações forçadas: através do deserto do Saara, do Oceano Índico e do “Atlântico negro” (Paul Gilroy). A tragédia do negócio e da escravização de milhões de Africanos teve, também, impactos sobre a distribuição regional/local das populações com a multiplicação de espaços-refúgio onde grupos humanos tradicionalmente vítimas dos tratos escravistas encontravam uma segurança relativa. As migrações, internas ao continente africano ou extracontinentais, constituem, portanto, um fenômeno historicamente relevante, com impactos demográficos, econômicos, políticos e espaciais significativos em diversas escalas.

Na atualidade, a problemática das migrações humanas adquire, por várias razões, uma complexidade cada vez maior em escala nacional. As migrações entre espaços rurais e cidades constituíram um processo maior da redistribuição das populações de todos os continentes habitados ao longo do século XX. Hoje, é na África que o ritmo da urbanização é o mais acelerado, sob o duplo efeito do êxodo rural e do crescimento vegetativo das aglomerações urbanas. Após décadas marcadas pela metropolização do povoamento urbano, as cidades médias e pequenas constituem polos de atração maiores para migrantes oriundos do campo. A mobilidade permanente entre espaços rurais e urbanos representa outro fenômeno complexo e relevante em muitos países



africanos que ilustra a capacidade de adaptação das populações aos recursos ofertados sazonalmente por espaços diferenciados. Por sua parte, os investimentos de grande porte em setores extrativistas durante o super ciclo das *commodities* dos anos 2000 deu, também, origem a importantes fluxos migratórios em direção a sítios de extração de minério, petróleo e gás natural, frequentemente apresentados como novos “eldorados” promissores em termos de geração de emprego e renda.

Na escala do continente africano, os movimentos humanos internacionais também se intensificam. África do sul, Gabão, Guiné Equatorial, Costa do Marfim ou as ilhas Seicheles constituem hoje importantes polos de atração de migrantes econômicos¹. No entanto, são os fluxos de refugiados que são atualmente os mais expressivos em decorrência da permanência ou da eclosão de conflitos armados que vitimam prioritariamente as populações civis, com destaque para o Sahel, a África central e do Nordeste. Por seu lado, República Democrática do Congo (R.D.C.), Etiópia, Chade, Ruanda, Tanzânia, Uganda, Quênia etc. abrigam grandes contingentes de refugiados oriundos em sua maioria de países vizinhos. Esses refugiados são frequentemente alocados em campos localizados em regiões fronteiriças, para desestimular a integração nas sociedades locais. Seu controle pelos Estados revela-se um desafio geopolítico quando as guerras civis e o terrorismo adquirem uma dimensão transnacional, conforme o ilustra o caso das províncias orientais da R.D.C. Os campos são frequentemente administrados por agências internacionais e ONGs globais que fornecem ajuda humanitária e instalam equipamentos de uso coletivo (escolas, postos de saúde) e se transformam em atores maior da gestão das periferias do território nacional. Vale ressaltar que alguns desses campos de refugiados, como Dabaab no Quênia, apresentam atributos que costumam definir aglomerações urbanas: densidade demográfica, comércio, bancos, redes técnicas, serviços, equipamentos coletivos, aparato de segurança etc.

Outro aspecto relevante da questão migratória reside nas suas representações e consequências sociopolíticas nas regiões e países de destino. Uma geopolítica discursiva particularmente agressiva situa, com efeito, a diáspora africana mundial e os migrantes contemporâneos no coração de um processo de destruição das nações e civilizações onde residem. As narrativas anti-imigração estão na origem de movimentos e políticas xenófobas que podemos

¹ A distinção entre migrante econômico e refugiado tende a se tornar, como no resto do mundo, cada vez mais tênue.



observar em quase todos os países de trânsito ou polarizando fluxos migratórios, dentro ou fora da África subsaariana. Na Europa e nos Estados Unidos, a “teoria da grande substituição” encontra, por exemplo, um eco crescente na esfera política e na sociedade. No entanto, os Africanos – do Norte e dos países subsaarianos – representam cerca de 17% da população mundial, mais somente 14% dos migrantes. Apenas 10 milhões de subsaarianos vivem atualmente na Europa, região do mundo que abriga aproximadamente 750 milhões de habitantes! Por sua parte, a proporção de Africanos residindo fora do seu país é relativamente estável desde o início dos anos 1990: 2 a 3% do total.

Mas, a problemática migratória não deve ser exclusivamente representada em termos negativos. A potência dos migrantes contribuiu para o desenvolvimento de metrópoles que figuram entre as mais prósperas fora e dentro do continente africano. A urbanização é um fator chave da modernização e da diversificação das economias regionais e nacionais, mas também da adoção de novos códigos e valores sociais funcionando como vetores de emancipação do indivíduo. Além disso, as novas tecnologias integram cada vez mais o “capital migrante” para construir itinerários migratórios e formas de inserção no espaço urbano, incluindo os circuitos formais e informais do mercado trabalho.

Outro efeito das migrações nacionais e internacionais, reside nas receitas significativas geradas pelas remessas financeiras da diáspora para algumas regiões e alguns países africanos. Um desafio maior consiste, nesse caso, em drenar essas remessas até promotores locais de políticas de desenvolvimento territorial e de iniciativas sociais e/ou ecologicamente sustentáveis. Por isso, a diáspora histórica, fruto de migrações forçadas do passado (cerca de 100 milhões de afro-brasileiros, 50 de afro-americanos, 20 de afro-caribenhos) e as dezenas de milhões de “migrantes econômicos” e refugiados políticos espalhados pelo Mundo constituem, segundo a União Africana, a sexta região do continente africano cujo papel como vetor de desenvolvimento é considerado cada vez mais relevante (turismo diaspórico, comércio, investimentos produtivos, cooperação científica etc.).

Enfim, movimentos de curto ou longo alcance espacial estruturam redes comerciais transnacionais que desenham os contornos de novas unidades espaciais: regiões transfronteiriças sustentadas pelas trocas internacionais (Nigéria, Gabão, Sul de Moçambique, Bacia do Lago



Chade, conurbação em formação entre Lagos e Accra etc.) e redes de alcance global (mourides senegaleses, importadores de produtos chineses etc.).

A inserção da África no sistema migratório mundial revela-se, portanto, instigante e complexa, conforme confirmam os artigos e as entrevistas publicadas no nosso dossiê temático.



Na entrevista (publicada em francês e português) intitulada *Migrantes qualificados da África subsaariana: entre permanências e mutações* que abre esse dossiê o professor Kévin Mary da Universidade francesa de Perpignan destaca a relevância das migrações estudantis, que constituíram o objeto de sua tese de doutorado e de projetos de pesquisa posteriores. Ele destaca, por exemplo, como a teoria do *brain drain*, enquanto fenômeno nefasto para os países de origem, perdeu recentemente parte de sua pertinência diante da consolidação de redes migratórias que promovem a circulação de ideias, conhecimento, capital ou valores suscetíveis de estimular o desenvolvimento. No entanto, essas migrações estudantis enfrentam cada vez mais obstáculos, em consequência das políticas seletivas dos países que acolhem os maiores contingentes de estudantes africanos (França, Reino Unido, Estados Unidos etc.). Ou seja, o problema maior não é mais a mobilidade “dos cérebros”, mas as restrições impostas a essa mobilidade. O pesquisador aponta, também, como metrópoles africanas (Joanesburgo, Dacar, Nairobi etc.) se tornaram polos de atração para estudantes do continente. Kevin Mary evidencia, enfim, a complexidade das interações entre migrantes qualificados e não qualificados, a partir do estudo dos Malinenses nos Estados Unidos e no Canadá. Apesar de uma inserção socioespacial diferenciada nas sociedades locais, estudantes universitários e trabalhadores sem qualificação mantém, em determinadas circunstâncias, laços de solidariedade.

No artigo *Crescimento urbano em Moçambique: um olhar sobre população e migrações. O caso de Maputo e territórios adjacentes*, o professor Carlos Trindade estuda as “migrações econômicas” e os movimentos de população provocados por conflitos, desastres “naturais” ou grandes projetos extrativistas. O autor analisa os desafios enfrentados pela cidade de Maputo diante dos fluxos migratórios das últimas décadas. A incapacidade do circuito superior da economia urbana e de seu mercado de trabalho formal de atender a demanda crescente por



empregos é, em particular, ressaltada. Mas, a problemática da resiliência da capital moçambicana é também questionada em termos de gestão de uso do solo e de enfrentamento dos desafios ambientais.

Por sua parte Sádía Banú Sultuane Jethá propõe uma análise da *Vulnerabilidade dos migrantes irregulares da África subsaariana na sua travessia pelo Mediterrâneo em busca de um futuro melhor na Europa* destacando os motivos que levam os jovens a se exilar e seus perfis etários, sociais, culturais etc. A pesquisadora elabora também uma cartografia dos fluxos migratórios através do deserto do Saara e, em seguida, pelo Mediterrâneo a partir de diversos portos norte-africanos em particular localizados no Marrocos, na Tunísia e na Líbia.

6

Duas entrevistas complementam o dossiê temático sobre a problemática migratória. Em primeiro lugar, Ivanilson Tomás António entrevistado pelo professor Joaquim Maloa analisa o fenômeno dos deslocamentos de população provocados pela insurgência armada do grupo *Al-shabab* na província moçambicana de Cabo Delgado. O pesquisador apresenta, mais especificamente, os desafios enfrentados na gestão de um centro de reassentamento de deslocados instalado na cidade de Malica (Niassa), onde a escassez relativa de recursos financeiros se traduz por condições precárias de sobrevivência das famílias ali alocadas. A ação das autoridades é prejudicada pela ausência de um estatuto jurídico para os deslocados, diferentemente dos refugiados que se beneficiam de um quadro jurídico estabelecido por uma Lei de 1991.

Em seguida, na entrevista intitulada *O Quilombo na perspectiva espaço-temporal: passado e presente entre África e Brasil* a professora Deborah da Costa Fontenelle propõe o resultado de suas reflexões sobre a geohistória e a atualidade de comunidades quilombolas do Rio de Janeiro e do Brasil. A pesquisadora defende a ideia segundo a qual

“Os quilombos são, essencialmente, espaços onde se busca a liberdade. Neste sentido, podemos, sim, pensá-los como uma forma de territorialização fruto da migração forçada entre a África e o Brasil. Todavia, não considero o segundo movimento, “entre territórios de escravização e de libertação”, como uma migração forçada. Ao invés, vejo o quilombo como uma territorialização consequente, inicialmente, da perseguição à liberdade, mas com o tempo se torna mais do que isso. Essa busca podia se manifestar de diversas formas, e a formação de quilombos era apenas uma das maneiras pelas quais se lutava por liberdade. Para defender esse argumento podemos passear um pouco pelas diferentes perspectivas de quilombo ao longo do tempo”.

A geógrafa evidencia que a reflexão sobre os Quilombos se tornou cada vez mais profunda no período 1960-1980, quando estudiosos e militantes destacaram a complexidade das relações



existentes dentro das comunidades e com os “mundos da escravidão”. Depois da abolição da escravidão, o quilombo se torna um território de reivindicação: reconhecimento de sua existência no tempo e no espaço, preservação da integridade das terras e de seus habitantes, estabelecimento de um quadro jurídico etc. Recentemente, garantias constitucionais (1988) e leis votadas na década de 2000 estabeleceram um marco regulatório que garante direitos para as comunidades quilombolas. No entanto, a morosidade burocrática, o número elevado de órgãos que intervêm na “problemática quilombola” e a pressão crescente das fronteiras agrícolas e mineradoras constituem ameaças aos direitos duramente conquistados.

Enfim, a sessão *Áfricas na Pós-Graduação* apresenta os resultados da pesquisa de Mestrado de Mariana de Oliveira Santos cuja dissertação versa sobre a inserção das migrantes africanas no mercado de trabalho do Rio de Janeiro. As mulheres oriundas da África subsaariana se inserem essencialmente nos circuitos inferiores da economia urbana onde trabalham como trancistas, vendedoras de artesanato ou pratos de seus países de origem. A pesquisa demonstra como “a trajetória de mulheres imigrantes africanas perpassa um processo de reinserção em uma nova territorialidade que ocorre de modo complexo em vários níveis de análise” num cenário de desigualdades de gênero e subalternização sociocultural



Na sessão *Varia*, as professoras brasileiras Ingrid Silva De Oliveira Leite & Rogéria Cristina Alves refletem sobre *História e Geografia: algumas possibilidades de ensino sobre história da África*. O artigo apresenta resultados de anos de pesquisa sobre o ensino da África e de práticas curriculares no Brasil. As pesquisadoras propõem uma metodologia de ensino que privilegia uma reflexão aprofundada sobre países africanos, ressaltando sua complexidade geohistórica, socioespacial e cultural, descartando dessa forma visões estereotipadas e privilegiando abordagens desprovidas de preconceitos que contribuem para a construção de um ensino antirracista.

No seu artigo intitulado *Urbanização como fator dinamizador dos riscos socioambientais em Morrumbene (Moçambique)*, Nogar Tomás Boca analisa as pressões e os impactos ambientais decorrentes do processo de urbanização do distrito de Morrumbene, na



Província moçambicana de Inhambane. As entrevistas de moradores locais evidenciam a transformação profunda do uso do solo e das práticas socioespaciais no distrito sob o efeito do crescimento populacional. Por sua parte, remoção da cobertura vegetal, geração de lixo e conflitos para o uso da terra geram uma vulnerabilidade crescente entre a população local cuja qualidade de vida é afetada negativamente por esses fenômenos.



Na sessão *Atualidades*, Vanessa Passos Bandeira de Sousa, entrevistada por Luana Lessa, analisa as *Dinâmicas recentes da pirataria marítima na África subsaariana*. A pesquisadora apresenta algumas das problemáticas socioeconômicas e geopolíticas que constituíram, no Chifre da África e no Delta do Níger (Nigéria), um cenário propício ao desenvolvimento de atividades ilegais, entre as quais a pirataria marítima. Após o auge do número de ocorrências registrado em 2011, observamos um refluxo da pirataria marítima em consequência de iniciativas visando a repressão da atividade, tomadas, em geral em cooperação, por parte de países africanos e de potências regionais e mundiais. No momento a situação geopolítica particularmente instável na península arábica e a ausência de quadro jurídico internacional definindo claramente a pirataria estimulam a retomada dos ataques nessa região do Mundo.



O professor Joaquim Miranda Maloa inaugura uma sessão *Homenagem* dedicada ao papel do professor Manuel de Araújo na construção da geografia urbana de Moçambique. Entre as contribuições analíticas do geógrafo moçambicano podemos ressaltar o interesse manifestado nas interações entre espaços rurais e urbanos que constroem uma complementariedade econômica e social rebatendo a ideia de dois universos socioespaciais estanques.





Na sessão *Expressões culturais*, o fotógrafo moçambicano propõe um ensaio fotográfico que desenha uma paisagem humana de Maputo onde os sujeitos desenvolvem práticas espaciais e estratégias sociais de inserção na metrópole moçambicana.



Enfim, Antonio Gomes de Jesus Neto resenha documentários audiovisuais recentes que abordam a presença de africanos e africanas na cidade de São Paulo/SP. *Afro-paulistanos do século XXI sob as lentes documentais audiovisuais* apresenta e caracteriza a “comunidade” dos migrantes africanos instalados na capital paulista. Reflexões sobre as conexões entre “diáspora histórica” e migrantes recentemente instalados na metrópole, interações e dilemas culturais, análise de estratégias de inserção na cidade etc. constituem a matéria prima da maioria desses documentários.